

TERMO DE REFERÊNCIA

1 CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada para a locação de solução integrada de controle de acesso, compreendendo a instalação, configuração e manutenção de catracas eletrônicas do tipo “asa de anjo”, com tecnologia de reconhecimento facial, incluindo o armazenamento seguro de dados, o desenvolvimento e a implementação de sistema de controle de acesso integrado às catracas, bem como o treinamento dos operadores, a manutenção preventiva e corretiva, o suporte técnico e o fornecimento de software de gestão, com integração às portas eletrônicas a serem instaladas nas portarias do Parque do Sabiá e na portaria do UTC, conforme as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência e em seu anexo. Esclarece-se que os serviços de instalação ocorrerá uma única vez, exclusivamente no momento da implantação da solução, não se caracterizando como serviços de natureza continuada,

LOTE I						
Part.	ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UN.	QTD.	V. UNIT (Catracas)	V. TOTAL DA INSTALAÇÃO (UMA ÚNICA VEZ)
AMP	01	<p>Trata-se da contratação de empresa especializada para a locação de solução integrada de controle de acesso, instalação, configuração, manutenção e suporte técnico de catracas eletrônicas tipo "asa de anjo", com tecnologia de reconhecimento facial, voltadas ao controle de acesso físico em unidades sob gestão da Fundação Uberlandense do Turismo, Esporte e Lazer – FUTEL, nos seguintes locais:</p> <p>Portaria 1 (Parque do Sabiá): 2 Pontos Portaria 2 (Parque do Sabiá): 4 Pontos Portaria 3 (Parque do Sabiá): 2 Pontos Portaria 4 (Parque do Sabiá): 4 Pontos Portaria 5 (UTC, Av Cipriano Del Fávoro,741 - Centro) : 4 Pontos</p> <p>O serviço deste item a ser realizado ocorre uma única vez,</p>	MO	16	R\$ 12.136,19	R\$ 194.179,04

		<p>exclusivamente durante a fase de instalação e implantação da solução, não se caracterizando como serviço recorrente ao longo da vigência contratual.</p> <p>A contratação contempla os seguintes serviços e entregas:</p> <p>I- Locação e instalação das catracas eletrônicas, com design tipo "asa de anjo", fabricadas com materiais resistentes e adequadas ao fluxo de pessoas;</p> <p>II- Configuração dos dispositivos e do sistema de reconhecimento facial, com integração ao banco de dados e infraestrutura de rede local da instituição;</p> <p>III- Desenvolvimento, implementação e integração de sistema de controle de acesso, com painel administrativo para gestão de usuários, registros de entrada e saída, emissão de relatórios e alertas;</p> <p>IV- Armazenamento seguro de dados de acesso e imagens faciais, com backup periódico e medidas de proteção à privacidade e à integridade da informação;</p> <p>V- Treinamento de servidores designados pela FUTEL, para operação básica do sistema e procedimentos de contingência;</p> <p>VI- Manutenção preventiva e corretiva, com suporte técnico contínuo e substituição de peças ou equipamentos, quando necessário;</p> <p>VI- Entrega mensal dos dados de acesso armazenados, desde o início até o término do contrato, em formato digital, para fins de controle, auditoria e transparência administrativa.</p> <p>VII- Os locais de instalação encontram-se anexos a este Termo</p>			
--	--	---	--	--	--

		<p>de Referência (ANEXO I), conforme levantamento realizado pelas unidades gestoras da Fundação.</p> <p>VIII-Todos os serviços deverão seguir rigorosamente as Especificações Técnicas definidas pela PRODAUB – Empresa de Processamento de Dados de Uberlândia, constantes do Termo de Referência Técnico (Anexo I deste Termo), órgão responsável pela coordenação da infraestrutura de tecnologia da informação do Município. Este documento é parte integrante e indissociável e se encontra em conformidade com esse documento.</p>				
	ITEM	Descrição e Especificações	Und	Mês	Valor mensal para as 16 catracas	Valor total 12 meses
AMP	2	<p>Implementação de Software e Gerenciamento de Dados.</p> <p>Desenvolvimento, implementação e integração de sistema de controle de acesso, com painel administrativo para gestão de usuários, registros de entrada e saída, emissão de relatórios e alertas;</p> <p>I - Armazenamento seguro de dados de acesso e imagens faciais, com backup periódico e medidas de proteção à privacidade e à integridade da informação;</p> <p>II-Treinamento de servidores designados pela FUTEL, para operação básica do sistema e procedimentos de contingência;</p> <p>III-Manutenção preventiva e corretiva, com suporte técnico contínuo e substituição de peças ou equipamentos, quando necessário;</p> <p>IV-Entrega mensal dos dados de acesso armazenados, desde o início até o término do contrato, em formato digital, para fins de controle, auditoria e transparência administrativa.</p> <p>V- O software deverá ser disponibilizado como serviço (SaaS) e conter, no mínimo:</p>	MO	12	R\$ 3.968,15	R\$ 47.617,80

		<ul style="list-style-type: none"> - Possuir uma interface amigável de simples operação e totalmente web; - Permitir cadastro fácil de pessoas, para posterior reconhecimento facial na solução de controle de acesso; - Controle e monitoramento em tempo real de acessos; - Cadastro de usuários, visitantes e prestadores de serviço; - Emissão de relatórios estatísticos e logs de eventos; - Alarmes automáticos de tentativa de violação ou fraude; - Interface web de administração, com perfis e níveis de acesso; <p>-Atualização automáticas incluídas durante a vigência do contrato.</p> <p><u>Obs: o valor total mensal está incluso as 16 (dezesseis) catracas .</u></p>			
VALOR TOTAL DA INSTALAÇÃO			R\$ 194.179,04		
VALOR MENSAL DO GERENCIAMENTO DO SOFTWARE PARA AS 16 (DEZESSEIS) CATRACAS			R\$ 3.968,15		

1.2. Nenhum objeto desta contratação se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Federal nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante no subitem 4.2, do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. Os serviços prestados compreenderão a manutenção preventiva e corretiva das catracas eletrônicas tipo asa de anjo com reconhecimento facial, bem como de toda a infraestrutura associada ao sistema de controle de acesso, incluindo equipamentos físicos, dispositivos de autenticação, sistemas de armazenamento e software de gestão, abrangendo:

(I) Monitoramento e Diagnóstico:

Realização de inspeções sistemáticas e monitoramento contínuo dos sistemas de controle de acesso e catracas, com o objetivo de identificar preventivamente falhas operacionais ou vulnerabilidades técnicas, assegurando funcionamento ininterrupto, seguro e eficiente dos dispositivos.

(II) Ajustes e Configurações:

Execução de ajustes técnicos, reconfigurações, atualizações de software e firmware, tanto dos equipamentos quanto do sistema de reconhecimento facial, visando otimização de desempenho, resposta rápida na identificação de usuários e robustez nas barreiras de segurança física.

(III) Reparos Técnicos:

ECZ/mmb

Correção ágil e eficiente de falhas em hardware e software que comprometam a precisão do reconhecimento facial, o registro de acessos ou o funcionamento físico das catracas, garantindo a continuidade dos serviços sem impacto ao fluxo de entrada e saída de pessoas.

(IV) Substituição de Componentes:

Troca imediata de peças, sensores, mecanismos de abertura/fechamento ou módulos eletrônicos defeituosos por componentes novos e originais, ou certificados com qualidade técnica equivalente, assegurando alta confiabilidade operacional.

(V) Gestão de Segurança:

Implementação, atualização e manutenção contínua de medidas de proteção lógica e física, assegurando que o sistema de controle de acesso esteja protegido contra falhas técnicas, fraudes, acessos indevidos e vulnerabilidades, com armazenamento seguro dos dados biométricos e registros de passagem.

1.4. Estrutura e Equipamentos

1.4.1 . Locação, Instalação e Operação de 16 pontos de Controle de Acesso, distribuídos da seguinte forma:

- Portaria 1 (Parque do Sabiá): 2 Pontos
- Portaria 2 (Parque do Sabiá): 4 Pontos
- Portaria 3 (Parque do Sabiá): 2 Pontos
- Portaria 4 (Parque do Sabiá): 4 Pontos
- Portaria 5 UTC: 4 Pontos (Av. Cipriano Del Fávoro, 741 - Centro, Uberlândia - MG)

1.4.2 Cada Ponto de Controle de acesso, deverá conter estrutura de contenção de pessoas, tela para reconhecimento facial e porta eletrônica de vidro e aço inox.

1.4.3 Fornecimento, em regime de locação, servidor(físico ou virtual), com capacidade para 500.000 faces cadastradas.

1.4.4 Fornecimento e instalação da infraestrutura de rede necessária, incluindo switches POE gerenciáveis, cabeamento estruturado e ou fibra óptica, conectores e acessórios.

1.4.5 A estrutura do sistema de controle de acesso deverá estar em conformidade com as normas de acessibilidade vigentes, garantindo a passagem adequada de cadeirantes e demais pessoas com mobilidade reduzida.

1.4.6 Em cada portaria, o licitante deverá disponibilizar os equipamentos necessários para o cadastramento facial dos usuários, sendo que o procedimento de cadastro deverá ser realizado em tempo máximo de 3 (três) minutos por pessoa. Os dados a serem coletados no processo de cadastramento serão definidos pela FUTEL.

1.4.7 Interligação das portarias ao Servidor de Controle de Acesso.

1.4.8 Normas e Padrões Aplicáveis

- ABNT NBR ISO/IEC 19794 - Padrões biométricos;
- ABNT NBR ISO/IEC 27001 - Segurança da informação;
- ABNT NBR 9050 - Acessibilidade;
- Lei nº 13.709/2018 (LGPD) - Proteção de Dados Pessoais;

1.5. Abrangência dos Serviços:

ECZ/mmb

1.5.1. Os serviços contratados deverão incluir **manutenção preventiva e corretiva das catracas eletrônicas e seus sistemas integrados**, assegurando o pleno funcionamento, segurança e durabilidade dos equipamentos durante toda a vigência do contrato.

1.5.2. **Ajuste, calibração e regulação de componentes físicos das catracas**, como sensores de movimento, atuadores, motores, braços móveis (“asas”), conectores, cabos e módulos de leitura facial ou de proximidade, garantindo a operação eficiente, segura e precisa do sistema de controle de acesso.

1.5.3. **Manutenção completa dos sistemas elétricos e eletrônicos dos dispositivos**, abrangendo diagnóstico e reparo de placas, circuitos, fontes de alimentação, painéis de controle e demais componentes críticos, assegurando a **confiabilidade estrutural e continuidade dos serviços prestados**.

1.5.4. **Limpeza técnica especializada e aplicação de lubrificantes apropriados** nas partes móveis das catracas (como eixos, motores, engrenagens e suportes), além da higienização das câmeras e sensores de reconhecimento facial, visando prevenir desgaste, acúmulo de sujeira, corrosão e falhas operacionais.

1.5.5. **Realização de testes funcionais periódicos** e diagnósticos avançados em todo o conjunto do sistema, incluindo hardware e software, com verificação da performance, tempo de resposta, precisão do reconhecimento facial e estabilidade do funcionamento das catracas, minimizando riscos de falhas e **assegurando a continuidade e qualidade do controle de acesso**.

1.5.6. Ao final de cada mês, durante toda a vigência contratual, a empresa contratada deverá entregar à FUTEL todos os dados coletados e armazenados pelo sistema de controle de acesso, incluindo logs de acessos, imagens capturadas, registros de autenticação facial e demais informações pertinentes, em formato estruturado, seguro e acessível, conforme definido no Termo de Referência.

1.5.6.1. Paralelamente, a contratada deverá observar rigorosamente as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018 – LGPD), assegurando o tratamento lícito, seguro e transparente dos dados pessoais e biométricos coletados, com a implementação de medidas técnicas e administrativas de segurança da informação, visando à proteção contra acesso não autorizado, perda, alteração, divulgação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

1.6. Prazos de Atendimento e solução:

1.6.1. Atendimento Inicial: A solicitação de manutenção (corretiva ou preventiva) deverá ser atendida no prazo máximo de 04 (quatro) horas após o acionamento da contratada, realizado preferencialmente por telefone, e-mail ou sistema eletrônico oficial. O objetivo é garantir a rápida retomada do pleno funcionamento das catracas eletrônicas e do sistema de controle de acesso.

1.6.1.1. Os prazos de atendimento e de solução são aqueles estabelecidos no item 8.1.2 do Termo de Referência da PRODAUB, constante do Anexo I deste instrumento, variáveis conforme a classificação do atendimento em crítico, alto, médio ou baixo, devendo a CONTRATADA observar e cumprir rigorosamente os prazos correspondentes a cada nível.

1.6.2. Conclusão dos Serviços: Os serviços de manutenção corretiva ou preventiva deverão ser **concluídos em até 12 (doze) horas** após o registro da solicitação formal, salvo em casos excepcionais devidamente justificados pela contratada e aceitos pela fiscalização da FUTEL.

1.7. Todos os serviços deverão ser executados por profissionais tecnicamente capacitados e certificados, com experiência comprovada na instalação e manutenção de sistemas de controle de acesso com reconhecimento facial, utilizando ferramentas adequadas e observando as normas técnicas da ABNT, normas de segurança do trabalho e regulamentações aplicáveis.

1.8. O descarte de peças e resíduos eventualmente gerados nas atividades de manutenção deverá obedecer à legislação ambiental vigente, com prioridade para reciclagem, reuso ou destinação adequada, conforme previsto na Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

1.8.1. Adicionalmente, todos os serviços deverão observar as especificações técnicas fornecidas pela empresa pública PRODAUB, responsável por estabelecer os padrões de tecnologia da informação e segurança digital da Prefeitura Municipal de Uberlândia, cujo documento integra o presente Termo de Referência.

1.8. Da Prestação dos Serviços:

1.8.1. A prestação dos serviços inclui **todas as manutenções necessárias** nas catracas eletrônicas, no sistema de controle de acesso, nos dispositivos de reconhecimento facial e demais componentes físicos e lógicos do conjunto, com a **utilização obrigatória de peças e acessórios originais do fabricante** ou equivalentes com qualidade comprovada, conforme especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência e pelos fabricantes dos equipamentos. A CONTRATANTE (FUTEL) poderá, a qualquer momento, **ajustar a quantidade de equipamentos instalados e a abrangência dos serviços** prestados, mediante justificativa técnica, em razão de **alterações na infraestrutura física ou tecnológica**, sempre respeitando os **limites legais, contratuais e orçamentários**.

1.8.2. A contratada será integralmente **responsável pela execução dos serviços** de instalação, manutenção, configuração e suporte técnico **nas dependências e espaços administrados pela FUTEL**, devendo empregar **ferramentas apropriadas, equipe qualificada e técnicas especializadas**, garantindo a preservação do patrimônio público e a conformidade com os padrões estabelecidos pela área técnica competente (PRODAUB).

1.9. Serviços Inclusos:

1.9.1. A contratação contempla a execução de **serviços técnicos especializados** voltados a instalação, configuração, operação e manutenção de catracas eletrônicas tipo “asa de anjo” com tecnologia de **reconhecimento facial** e controle de acesso integrado.

1.9.2. Diagnóstico, monitoramento e rastreamento de falhas em sistemas elétricos, eletrônicos e componentes físicos e lógicos associados às catracas e ao sistema de controle de acesso.

1.9.3. Suporte técnico remoto e presencial para resolução ágil de incidentes que impeçam o funcionamento do sistema de controle de acesso, com **deslocamento imediato e atendimento prioritário**, quando necessário.

1.9.4. Substituição de componentes danificados, incluindo **sensores de presença, câmeras faciais, motores de abertura, placas controladoras, módulos de comunicação, cabos de energia e dados**, bem como demais peças essenciais à operação do sistema.

1.9.5. Ajustes, calibração e regulação dos mecanismos de abertura e fechamento das catracas, bem como da precisão do reconhecimento facial, garantindo **desempenho, precisão e segurança operacional**.

1.9.6. Manutenção preventiva e corretiva do sistema, abrangendo atualização de **firmware**, verificação e substituição de **fontes de alimentação, baterias de backup**, motores de giro, sensores de segurança e conectores eletrônicos.

1.9.7. Realização de testes funcionais e operacionais regulares para validar **estabilidade, segurança, velocidade de identificação facial, taxa de sucesso de leitura** e conformidade com os padrões técnicos definidos.

1.9.8. Geração de **relatórios técnicos mensais** com dados de uso, registros de acessos e funcionamento das catracas, bem como relatórios de manutenções realizadas, falhas identificadas e correções aplicadas. Entrega mensal à FUTEL de todos os dados armazenados no sistema, do início ao fim do contrato, assegurando integridade, rastreabilidade e segurança da informação, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD – Lei nº 13.709/2018).

1.10. Garantia dos Serviços:

1.10.1. Os serviços prestados estarão sujeitos às **disposições da legislação vigente**, em especial no que se refere à **garantia de adequação, funcionalidade e segurança dos equipamentos e sistemas instalados**.

1.10.2. O prazo de **garantia** dos serviços e equipamentos será contado a partir da data de **recebimento definitivo e aceite formal** pela equipe técnica responsável da FUTEL, mediante atestado de conformidade emitido pelo fiscal do contrato.

1.10.3. A contratada deverá **concluir todos os serviços autorizados** — incluindo instalação, manutenção corretiva, preventiva ou substituição de componentes — no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar da solicitação formal emitida pela FUTEL.

1.10.4. **Casos excepcionais**, que envolvam **intervenções de maior complexidade técnica** ou dependência de componentes importados, poderão demandar **prazos diferenciados**, desde que previamente **justificados tecnicamente pela contratada e aprovados pela FUTEL**.

1.10.5. A contratada deve observar as disposições constantes do item 8, do termo técnico da PRODAUB, anexo a este termo de referência.

1.11. Fornecimento de Peças:

1.11.1. A contratada **compromete-se a utilizar exclusivamente peças originais** ou, quando não disponíveis, **peças de qualidade equivalente** e desempenho compatível, desde que **atendam integralmente às especificações técnicas do fabricante** das catracas eletrônicas e demais equipamentos integrantes do sistema de controle de acesso.

1.11.2. A contratada deverá **garantir a procedência, a qualidade e a rastreabilidade** de todas as peças fornecidas, apresentando, sempre que solicitado, **documentação comprobatória de origem e conformidade técnica**, tais como certificados, manuais técnicos ou laudos.

1.11.3. As peças utilizadas deverão contar com **garantia mínima estabelecida pelo fabricante**, de forma a **preservar a confiabilidade, a funcionalidade e a continuidade dos serviços prestados**, sem prejuízo das responsabilidades contratuais da contratada durante toda a vigência do contrato.

1.12. Estrutura Mínima para Execução dos Serviços:

1.12.1. Considerando a especialização técnica necessária para a prestação dos serviços de instalação, configuração, suporte e manutenção de catracas eletrônicas tipo “asa de anjo” com reconhecimento facial e sistema de controle de acesso, a contratada deverá dispor, no mínimo, da seguinte estrutura:

1.12.1.1. Instalações adequadas e equipadas com ferramentas, instrumentos de medição, equipamentos de teste e dispositivos especializados para manutenção de sistemas eletromecânicos, eletrônicos, de automação e de controle de acesso;

1.12.1.2. Escritório ou centro técnico operacional localizado no município de **Uberlândia/MG**, com estrutura física e equipe técnica compatíveis com o escopo da contratação, assegurando condições plenas para atendimento ágil e eficiente das demandas da FUTEL;

1.12.1.3. Capacidade para suporte simultâneo a múltiplas unidades de catracas e sistemas de controle de acesso, com infraestrutura para monitoramento remoto, análise de falhas e envio de relatórios técnicos;

1.12.1.4. Equipe técnica própria composta por profissionais **certificados ou comprovadamente capacitados** em eletromecânica, automação, tecnologia da informação e manutenção de sistemas de controle de acesso e reconhecimento facial;

1.12.1.5. Equipamentos e softwares adequados para diagnóstico, atualização de firmware, testes de performance e calibração de catracas eletrônicas e dispositivos de reconhecimento facial;

1.12.1.6. A contratada estará sujeita à realização de **vistorias periódicas** por parte da FUTEL, para verificação do cumprimento das exigências contratuais quanto à organização técnica, infraestrutura, segurança do trabalho, conservação dos equipamentos e qualidade dos serviços prestados.

1.13. Os requisitos técnicos da contratação, compreendendo a solução de controle de acesso com reconhecimento facial (item 4.1), os critérios técnicos do servidor (item 4.3), os critérios de implantação (item 5), o SLA – Acordo de Nível de Serviço (item 8.1), a disponibilidade do sistema (item 8.1.1) e os critérios de aceitação (item 10), todos constantes do Termo de Referência Técnico da PRODAUB, devem ser analisados criteriosamente e integralmente pelos licitantes, sendo de sua exclusiva responsabilidade o pleno atendimento às exigências ali estabelecidas.

1.14. Valor Estimado

1.14.1. Os preços foram formados com base no Relatório de Pesquisa de Preços, que compõe a documentação que instrui esta demanda.

1.14.2. A metodologia aplicada para determinação da média percentual de referência para a contratação foi elaborada com base em contratações similares da administração pública em geral, em execução ou concluídas no período de 01 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, consultadas através do Sistema “Banco de Preços e de forma subsidiária e complementar cotações de fornecedores, conforme justificativa detalhada no Relatório de Pesquisa de Preços que integra a documentação deste processo.

1.14.3. O custo estimado da contratação para a implementação das catracas asas de anjo é de R\$194.179,04 (cento e noventa e quatro mil, cento e setenta e nove reais e quatro centavos),

(uma única vez). O Valor Mensal do Gerenciamento do Software para as 16 (dezesesseis) catracas é de R\$3.968,15 (Três mil novecentos e sessenta e oito reais e quinze centavos), conforme custos unitários apresentados na tabela constante do item 1.1 deste Termo de Referência.

1.14.4. O custo estimado total mensal da contratação, considerando a vigência de 05 (cinco) anos, é de R\$238.089, 00 (duzentos e trinta e oito mil, oitenta e nove reais).

1.15. Prazo de Vigência

1.15.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 01 (um) ano, contado da assinatura do último signatário necessário, na forma do art. 82 do Decreto Municipal nº 20.154/2023, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do artigo 84, da Lei 14.133/21.

1.15.2. O prazo de vigência da contratação será de 05 (cinco) anos, contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogada sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, conforme previsto nos artigos 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

1.15.3. Para a prorrogação da vigência contratual deverão ser observadas as diretrizes constantes nos artigos 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, quais sejam:

1.15.3.1. A autoridade competente deverá atestar a maior vantagem econômica decorrente da contratação plurianual.

1.15.3.2. A autoridade competente do Setor Administrativo-Financeiro deverá atestar, no início da contratação e a cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação.

1.15.3.3. A autoridade competente deverá atestar a vantagem da manutenção da contratação ou prorrogação, fundamentando-se em pesquisa de preços atualizada.

1.15.3.4. O gestor e o fiscal do contrato deverão atestar a qualidade, suficiência e adequação dos serviços, manifestando-se favoravelmente ou não à prorrogação.

1.15.3.5. A contratada deverá manifestar expressamente sua concordância com a prorrogação, incluindo a manutenção das condições contratuais, formas de execução e valores praticados, ressaltando casos de reajustes e revisão contratual.

1.15.4. A FUTEL terá a prerrogativa de extinguir o contrato, sem ônus, caso não disponha de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando considerar que a continuidade não mais oferece vantagem, conforme disposto no artigo 106, inciso III, e §1º da Lei nº 14.133/2021.

1.15.5. A prorrogação prevista no item 1.15.3. estará condicionada à necessidade da demanda pela FUTEL, bem como à comprovação pela autoridade administrativa competente de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, admitindo-se negociação desde que cumpridas as seguintes condições:

1.15.5.1. Demonstração formal, no processo, de que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

1.15.5.2. Anexação de relatório anual detalhando a execução do contrato, evidenciando a regularidade dos serviços prestados;

1.15.5.3. Justificativa escrita demonstrando o interesse da Administração na continuidade do serviço;

ECZ/mmb

- 1.15.5.4. Manifestação expressa da empresa contratada indicando interesse na prorrogação;
- 1.15.5.5. Comprovação da manutenção das condições iniciais de habilitação da contratada;
- 1.15.5.6. Atendimento a demais previsões estabelecidas no Edital. Ressalta-se que a prorrogação deverá ser formalizada por meio de termo aditivo.
- 1.15.6. Na hipótese de prorrogação do contrato, custos não renováveis já pagos ou amortizados durante o primeiro período de vigência deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para renovação.
- 1.15.7. O contrato não poderá ser prorrogado caso o contratado tenha sido penalizado com sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento para licitar e contratar com o poder público, respeitando as abrangências legais.
- 1.15.8. O empenho orçamentário deverá ser renovado a cada exercício.
- 1.15.9. O serviço é caracterizado como **contínuo**, visto que se trata de contratação realizada pela Administração Pública para garantir o funcionamento permanente e ininterrupto dos sistemas de controle de acesso em unidades administradas pela FUTEL. A manutenção periódica das catracas eletrônicas, aliada ao suporte técnico, à substituição de componentes e ao fornecimento de relatórios de operação e segurança, atende a **necessidades permanentes e prolongadas** da Fundação, essenciais à gestão eficiente dos espaços públicos. Dessa forma, a **vigência plurianual** é a opção mais vantajosa à Administração, conforme disposto no **Estudo Técnico Preliminar**, nos termos do **inciso XV do artigo 6º da Lei nº 14.133/2021**, que conceitua serviços contínuos como aqueles “necessários à manutenção de atividades administrativas ou operacionais da Administração Pública, decorrentes de necessidades permanentes ou de longo prazo”.
- 1.15.10. Os preços registrados na ata poderão ser alterados, nas hipóteses previstas no art. 84 do Decreto Municipal nº 20.154/2023, sendo aplicáveis ao reajuste/repactuação os mesmos critérios e condições previstas para revisão dos contratos conforme subitem 1.15 e seguintes termo.

1.16. Reajuste Contratual ou Revisão de Preços

- 1.16.1. O preço estabelecido no instrumento contratual será fixo e **irreajustável** pelo período inicial de **12 (doze) meses**, contados a partir da data da consolidação do orçamento estimado ou da data da alteração do preço na Ata de Registro de Preços com reflexo no contrato.
- 1.16.2. Após esse período inicial, a contratada poderá solicitar reajuste em sentido estrito, com base na variação do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC)**, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo.
- 1.16.3. O pedido de reajuste deverá ser formulado **antes da data-base** referente ao reajuste subsequente, sob pena de que o silêncio da contratada seja interpretado como **renúncia presumida ao direito de reajuste**.
- 1.16.4. Os efeitos financeiros decorrentes do reajuste solicitado serão retroativos à data do requerimento formulado pela contratada.
- 1.16.5. Para reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de 12 (doze) meses será contado a partir da data em que os efeitos financeiros do último reajuste foram aplicados.
- 1.16.6. A data de consolidação do orçamento é: **27/11/2025**

1.16.7. Havendo reequilíbrio econômico-financeiro do contrato ou alteração do preço do Pregão Eletrônico com reflexo no contrato, a data-base para reajustes será alterada para coincidir com a data da concessão do reequilíbrio, considerando-se os próximos reajustamentos anuais a partir dessa nova data.

1.16.8. A contratada poderá solicitar o reajuste a qualquer momento durante a vigência do contrato, até a data de eventual prorrogação, observando-se o disposto no subitem 1.15.2 deste Termo de Referência.

1.16.9. A extinção do contrato não impedirá o deferimento do reajuste e/ou reequilíbrio solicitado tempestivamente, que serão concedidos por meio de termo indenizatório.

1.16.10. Caso a contratada não requeira o reajuste de forma tempestiva e prorrogue o contrato sem efetuar-lo, haverá **preclusão do direito ao reajuste**.

2 FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1.A Fundação Uberlandense de Turismo, Esporte e Lazer – FUTEL, instituída pelas Leis Complementares nº 751/2023 e 497/2009, bem como pelo Decreto Municipal nº 11.792/2009, é responsável pela promoção do esporte, lazer e qualidade de vida em Uberlândia/MG, gerenciando importantes equipamentos como o Parque do Sabiá, Parque Aquático, Arena Sabiazinho, Estádio Municipal, Poliesportivos, CIE e UTC.

2.2. Considerando a abrangência territorial das unidades e a necessidade de controle de acesso seguro e eficiente, torna-se imprescindível a contratação de serviços especializados para a instalação, configuração, gerenciamento proativo e manutenção de sistemas de catracas eletrônicas, garantindo controle ágil, estável e seguro do fluxo de pessoas nos diversos espaços da Fundação.

2.3. Tal medida visa assegurar o controle eficiente de acesso, proteger a infraestrutura contra falhas e invasões, integrar as unidades e setores da FUTEL, viabilizando sistemas administrativos e de segurança, fortalecendo a infraestrutura tecnológica, ampliando a segurança da informação e modernizando os serviços em alinhamento com a missão institucional da Fundação.

3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

3.1. A contratação prevê a disponibilização de equipe técnica qualificada, uso de tecnologias e equipamentos modernos, infraestrutura adequada para suporte e manutenção do sistema de catracas eletrônicas, além da responsabilidade integral pela qualidade e continuidade dos serviços prestados, conforme normas técnicas aplicáveis. A solução está alinhada aos objetivos institucionais da FUTEL de garantir a eficiência, segurança e inovação tecnológica para melhor atender à população.

3.2. Considerando a criticidade do serviço e a necessidade de alta disponibilidade, a solução engloba:

(I) Instalação de sistemas de catracas eletrônicas com tecnologia adequada para controle eficiente do acesso às unidades da FUTEL;

(II) Implementação de mecanismos de segurança para prevenção contra fraudes e acessos não autorizados, garantindo a integridade e confiabilidade do controle de acesso;

- (III) Configuração completa do sistema, com parametrizações específicas para o ambiente físico e as necessidades operacionais da Fundação;
- (IV) Gerenciamento proativo do sistema de catracas, incluindo monitoramento em tempo real do funcionamento, identificação de falhas e ações preventivas e corretivas imediatas;
- (V) Manutenção contínua, abrangendo suporte técnico especializado e atendimento ágil para resolução de incidentes e falhas;
- (VI) Treinamento completo e contínuo dos operadores das catracas, assegurando o correto manuseio, operação eficiente e rápida resolução de eventuais problemas;
- (VII) Relatórios periódicos detalhados sobre funcionamento, incidentes e estatísticas de uso, fornecendo transparência e suporte à gestão da Fundação;
- (VIII) Sustentabilidade operacional, assegurando a continuidade dos serviços essenciais para a segurança, controle e gestão das atividades da FUTEL.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Os serviços e bens ofertados pela licitante vencedora deverão, em todas as fases do processo licitatório e da execução da ata e/ou contrato, pautar-se pelo uso racional dos recursos tecnológicos e materiais envolvidos, evitando desperdícios e a geração excessiva de resíduos eletrônicos, componentes e materiais descartáveis, em atendimento às diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pela FUTEL, especialmente conforme os artigos 5º e 6º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1/2010 e o artigo 5º do Decreto nº 7.746/2012.

4.1.1. A licitante deverá assegurar que os equipamentos, cabos, dispositivos, componentes e acessórios utilizados na prestação dos serviços de manutenção e operação das catracas sejam acondicionados e transportados adequadamente, preferencialmente em embalagens recicláveis ou de baixo impacto ambiental, minimizando desperdícios e resíduos gerados.

4.2. Sempre que possível, os fornecedores deverão priorizar materiais e insumos sustentáveis, com possibilidade de reciclagem ou reutilização, contribuindo para a redução do impacto ambiental.

4.3. Os materiais e equipamentos fornecidos deverão ser de fabricantes comprometidos com programas contínuos de sustentabilidade ambiental, em conformidade com a legislação ambiental vigente aplicável ao objeto da contratação.

4.4. Considerando a prestação de serviços relacionados a catracas eletrônicas e sistemas de controle de acesso, é fundamental a adoção de medidas que visem mitigar possíveis impactos ambientais decorrentes da instalação, manutenção e descarte dos equipamentos, componentes e acessórios utilizados.

4.5. Assim, deverão ser observadas as seguintes diretrizes e responsabilidades ambientais:

- (a) A contratada deverá garantir a execução adequada dos serviços, evitando desperdício de energia, uso excessivo de materiais descartáveis e a geração incorreta de resíduos eletroeletrônicos e componentes;
- (b) Os serviços deverão ser realizados em conformidade com normas técnicas e ambientais vigentes, garantindo segurança, eficiência e sustentabilidade;
- (c) Resíduos provenientes da substituição de componentes, materiais de embalagem e outros insumos deverão ter destinação final ambientalmente adequada, conforme a legislação vigente, incentivando a prática de logística reversa e reciclagem;
- (d) Sempre que possível, a contratada deverá utilizar produtos e procedimentos que minimizem

impactos ambientais, tais como equipamentos energeticamente eficientes e métodos de descarte sustentável.

4.6. A FUTEL será responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução da ata e/ou contrato, garantindo o cumprimento das medidas ambientais e mitigadoras propostas, em conformidade com a legislação ambiental municipal, estadual e federal. O compromisso com a sustentabilidade deve nortear todas as fases da execução contratual, reforçando a responsabilidade socioambiental da Administração Pública, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, que ressalta a importância do planejamento de contratações sustentáveis desde a fase preparatória até a execução.

4.7. Por fim, a contratada deverá observar os critérios e práticas de sustentabilidade e as medidas mitigadoras previstas no tópico 14 do Estudo Técnico Preliminar.

4.8. Da não exclusividade de participação ME e EPP

4.8.1. Nos termos do inciso III do art. 49 da Lei Complementar nº 123/2006, fica afastado o tratamento diferenciado para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP). Tal medida se justifica pela natureza do objeto, que exige elevada capacidade técnica, operacional e tecnológica, infraestrutura robusta e cobertura ampla. Embora essa decisão preserve a competitividade do certame, ela garante a isonomia entre os concorrentes e possibilita a obtenção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a FUTEL, assegurando que as ME e EPP mantenham os demais benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006.

4.8.2. Ademais, a adoção de exclusividade para ME/EPP, sem parâmetros que assegurem a existência de fornecedores capazes de atender à demanda, poderia resultar em licitação ineficaz, com itens desertos ou fracassados. Isso obrigaria a Administração a repetir o procedimento, aumentando custos e causando prejuízos. Além disso, a exclusividade para ME/EPP poderia restringir a participação de empresas de grande porte, reforçando a necessidade de afastamento do tratamento diferenciado para garantir eficiência, qualidade, funcionalidade e continuidade na execução do objeto.

4.9. Da participação de consórcios

4.9.1. A vedação à participação de empresas consorciadas ou agrupadas justifica-se porque o Município de Uberlândia adota o entendimento de que a admissão de consórcios nas licitações é recomendada quando o objeto licitado for considerado de alta complexidade ou vulto, pois, nestes casos, está diretamente relacionada à ampliação da competitividade, permitindo a participação de empresas que, isoladamente, não atenderiam a todos os requisitos de qualificação técnica e/ou econômico-financeira exigidos no instrumento convocatório. Em licitações destinadas à contratação de serviços, não se vislumbra restrição no universo de possíveis licitantes, pois as empresas participantes, em sua maioria, já apresentam o mínimo exigido em termos de qualificação técnica e econômico-financeira para a execução de contratos dessa natureza. Portanto, a vedação à participação de consórcios não acarretará prejuízos à competitividade do certame; ao contrário, o objetivo é evitar que a reunião de empresas por meio de consórcios, quando poderiam ofertar lances individualmente, reduza o número de licitantes com propostas independentes, diminuindo assim a concorrência. É importante ressaltar que tal medida também visa prevenir o aumento da possibilidade de cartelização do mercado, com o intuito de manipular preços nas licitações.

4.9.2. Ademais, a decisão pela vedação à participação de consórcios é discricionária e deve estar devidamente fundamentada no processo administrativo, conforme exposto no item 4.9.1, em conformidade com o Acórdão nº 2214/2025-TCU-Segunda Câmara e o Acórdão nº 1170/2025-TCU-Plenário.

4.10. Da subcontratação

4.10.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.11. Da Cláusula Anticorrupção

4.11.1. Em atendimento ao Decreto Municipal nº 18.389/2019, para esta contratação, A CONTRATADA declara conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação, dentre elas, a Lei Anticorrupção (Lei Federal nº 12.846/2013) e o Decreto Municipal nº 18.389/2019 e se compromete a

cumprí-las fielmente, por si e por seus sócios, administradores e colaboradores, bem como exigir o seu cumprimento pelos terceiros por ela contratados.

4.11.2. As Partes declaram que manterão até o final da vigência deste contrato conduta ética, honesta e transparente na execução do objeto do presente instrumento.

4.11.3. A CONTRATADA se obriga a, no exercício dos direitos e obrigações previstos neste Contrato:

4.11.3.1. Não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente;

4.11.3.2. Adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por ela contratados;

4.11.3.3. Não empregar, direta ou mediante contrato de serviços ou qualquer outro instrumento, trabalho escravo ou infantil, salvo as exceções legalmente admitidas;

4.11.3.4. Participar de todos e quaisquer treinamentos eventualmente oferecidos pela CONTRATANTE que sejam relativos a qualquer aspecto que consta da lei anticorrupção ou políticas internas de integridade da CONTRATANTE.

4.11.4. A CONTRATADA se obriga a comunicar imediatamente à CONTRATANTE, por escrito, caso tome conhecimento de que algum pagamento impróprio tenha sido realizado, direta ou indiretamente, por um de seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por ela contratados. (Redação dada pelo Decreto Municipal nº 20.234/2023).

4.11.5. Atendendo às exigências contidas no artigo 254 da Lei Federal nº 14.133 de 2021 e suas alterações, a fiscalização e o gerenciamento da relação jurídica observarão o disposto no Decreto Municipal nº 20.154, de 2023.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Condições de Execução dos Serviços

5.1.1. A execução do objeto consistirá na prestação de serviços de instalação, treinamento, manutenção preventiva e corretiva de catracas eletrônicas para controle de acesso, com todos os dispositivos, periféricos e sistemas necessários ao pleno funcionamento, conforme as condições e especificações deste Termo de Referência.

ECZ/mmb

5.1.2. O início da execução dos serviços ocorrerá imediatamente após o recebimento da ordem de serviço, respeitando os prazos de atendimento previstos no item 1.6 deste Termo.

5.1.3. O prazo para instalação e ativação das catracas será de até 24 (vinte e quatro) horas após a solicitação formal da FUTEL, salvo situações excepcionais devidamente justificadas.

5.1.4. Em caso de falhas, interrupções ou mau funcionamento dos equipamentos, a contratada deverá realizar o reparo e restabelecimento do sistema em até 12 (doze) horas, contadas a partir da comunicação formal do problema.

5.1.5. A contratada deverá garantir alta disponibilidade e funcionamento contínuo dos sistemas de controle de acesso, assegurando os níveis mínimos de desempenho estabelecidos no Acordo de Nível de Serviço (SLA), bem como a segurança e integridade dos dados gerados e armazenados.

5.1.6. Os sistemas deverão possuir mecanismos de proteção contra acesso indevido, falhas operacionais e perdas de dados, com monitoramento constante e resposta imediata a incidentes.

5.1.7. A contratada deverá comunicar previamente à FUTEL qualquer manutenção programada que possa impactar o funcionamento das catracas, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas.

5.1.8. Caso não seja possível iniciar ou concluir os reparos dentro dos prazos estabelecidos, a contratada deverá informar formalmente à FUTEL, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, apresentando justificativa fundamentada, exceto em casos de força maior.

5.1.9. Os serviços prestados que não atenderem às especificações técnicas, níveis de desempenho ou exigências de segurança poderão ser recusados pela FUTEL, devendo ser corrigidos sem custos adicionais.

5.1.10. A fiscalização dos serviços será realizada pela equipe técnica da FUTEL, que poderá solicitar relatórios periódicos de desempenho, disponibilidade, falhas ocorridas e ações corretivas adotadas.

5.1.11. Todos os custos com deslocamento, transporte de equipamentos, mão de obra, ferramentas e insumos necessários para a prestação dos serviços correrão por conta da contratada.

5.1.12. A contratada deverá executar os serviços conforme normas técnicas vigentes, boas práticas do setor e legislação aplicável, garantindo a segurança, confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados registrados pelas catracas.

5.1.13. Após emissão da ordem de serviço, a contratada deverá disponibilizar todos os recursos humanos e técnicos necessários para atendimento imediato a chamados de manutenção corretiva.

5.1.14. Todos os serviços deverão ser executados por profissionais especializados, que atendam aos padrões técnicos e prazos previstos.

5.1.15. Os profissionais da contratada deverão respeitar as normas internas da FUTEL, incluindo uso obrigatório de uniformes e crachás de identificação para acesso às dependências da Fundação.

5.1.16. A contratada será responsável pelo atendimento a chamados técnicos, resolução de falhas e pela manutenção preventiva e corretiva das catracas e dos dispositivos relacionados.

5.1.17. A contratada assume integral responsabilidade pela qualidade dos equipamentos fornecidos, bem como pela qualidade dos serviços de instalação, manutenção e segurança prestados.

ECZ/mmb

5.1.18. A contratada deverá adotar todas as medidas necessárias para prevenção e mitigação de incidentes de segurança, responsabilizando-se por quaisquer danos causados à FUTEL ou a terceiros decorrentes de falhas nos serviços prestados.

5.1.19. A contratada será responsabilizada por falhas decorrentes da má execução dos serviços, não eximindo-se da responsabilidade mesmo diante da fiscalização exercida pela FUTEL.

5.1.20. A contratada deverá cumprir todas as obrigações constantes no edital, anexos e em sua proposta, assumindo os riscos e despesas decorrentes da perfeita execução do objeto.

5.1.21. A contratada deverá designar formalmente preposto para acompanhamento da execução dos serviços, informando poderes e responsabilidades.

5.1.22. A FUTEL poderá recusar, mediante justificativa, a indicação ou manutenção do preposto, exigindo sua substituição imediata.

5.1.23. O preposto poderá ser convocado a qualquer momento para adoção de providências urgentes relativas à prestação dos serviços.

5.1.24. A contratada deverá observar rigorosamente as especificações técnicas contidas nos itens 1.4 a 1.13, além dos anexos deste Termo, para assegurar a adequada prestação dos serviços de instalação e manutenção das catracas.

5.1.25. A contratada deverá fornecer **treinamento técnico-operacional completo aos operadores indicados pela FUTEL**, capacitando-os para o uso adequado das catracas, sistemas de controle de acesso e procedimentos de rotina, incluindo orientações sobre segurança da informação e gestão de incidentes.

5.1.26. A partir do início da vigência contratual e **ao final de cada mês**, a contratada deverá **entregar à FUTEL todos os dados coletados e armazenados pelos sistemas de controle de acesso**, em formato eletrônico, organizado e acessível, conforme requisitos definidos pela área técnica da Fundação.

5.2. DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

5.2.1. A contratada deverá **observar integralmente a Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)**, responsabilizando-se pela segurança, confidencialidade e integridade dos dados pessoais coletados, tratados e armazenados, durante toda a execução contratual, garantindo que tais informações sejam utilizadas estritamente para os fins previstos no contrato e respeitando os direitos dos titulares de dados.

5.2.2. As partes se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018).

5.2.2.1. O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos artigos 7º, 11 e/ou 14 da Lei 13.709/2018 às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular.

5.3. A contratada obriga-se ao dever de proteção confidencialidade, sigilo de toda informação, dados pessoais e base de dados a que tiver acesso, nos termos da LGPD, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no instrumento contratual.

TERMO DE REFERÊNCIA

5.3.1. A contratada não poderá se utilizar de informação, dados pessoais ou base de dados a que tenha acesso, para fins distintos da execução dos serviços especificados no instrumento contratual.

5.3.2 Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento, indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada após prévia aprovação do CONTRATANTE responsabilizando-se a CONTRATADA pela obtenção e gestão.

5.3.3 Os dados obtidos em razão deste contrato serão armazenados em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (log), adequado controle baseado em função (role based access control) e com transparente identificação dos perfis de acesso do sistema, tudo estabelecido como forma de garantir inclusive a rastreabilidade de 7 de 9 cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento desses dados com terceiros;

5.4. A CONTRATADA obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas aptas a promover a segurança, a proteção, à confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados que tenha acesso, a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento inadequado ou ilícito; tudo isso de forma a reduzir o risco ao qual o objeto do contrato ou ao CONTRATANTE está exposto.

5.4.1. A critério do CONTRATANTE, a CONTRATADA poderá ser provocada a colaborar na elaboração do relatório de impacto, conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

5.5. A CONTRATADA deverá manter os registros de tratamento de dados pessoais que realizar, assim como aqueles compartilhados, com condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo.

5.5.1 A CONTRATADA deverá permitir a realização de auditorias pelo CONTRATANTE e disponibilizar toda a informação necessária para demonstrar o cumprimento das obrigações relacionadas à sistemática de proteção de dados.

5.5.2 A CONTRATADA deverá apresentar ao CONTRATANTE, sempre que solicitado, toda e qualquer informação e documentação que comprovem a implementação dos requisitos de segurança especificados na contratação, de forma a assegurar a auditabilidade do objeto contratado, bem como os demais dispositivos legais aplicáveis.

5.6. A CONTRATADA se responsabilizará por assegurar que todos os seus colaboradores, consultores, e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo, devendo estes assumir compromisso formal de preservar a confidencialidade e segurança de tais dados, documento que deverá estar disponível em caráter permanente para exibição ao CONTRATANTE, mediante solicitação.

5.6.1.A CONTRATADA deverá promover a revogação de todos os privilégios de acesso aos sistemas, informações e recursos do CONTRATANTE, em caso de desligamento de funcionário das atividades inerentes à execução do presente Contrato.

5.7. A CONTRATADA não poderá disponibilizar ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização por escrito, informação, dados 8 de 9 pessoais ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

5.7.1 Caso autorizada transmissão de dados pela CONTRATADA a terceiros, as informações fornecidas/compartilhadas devem se limitar ao estritamente necessário para o fiel desempenho da execução do instrumento contratual.

5.8. A CONTRATADA deverá adotar planos de resposta a incidentes de segurança eventualmente ocorridos durante o tratamento dos dados coletados para a execução das finalidades deste contrato, bem como dispor de mecanismos que possibilitem a sua remediação, de modo a evitar ou minimizar eventuais danos aos titulares dos dados.

5.9. A CONTRATADA deverá comunicar formalmente e de imediato ao CONTRATANTE a ocorrência de qualquer risco, ameaça ou incidente de segurança que possa acarretar comprometimento ou dano potencial ou efetivo a Titular de dados pessoais, evitando atrasos por conta de verificações ou inspeções.

5.9.1. A comunicação acima mencionada não eximirá a CONTRATADA das obrigações, e/ou sanções que possam incidir em razão da perda de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

5.10. Encerrada a vigência do contrato ou após a satisfação da finalidade pretendida, a CONTRATADA interromperá o tratamento dos dados pessoais disponibilizados pelo CONTRATANTE e, em no máximo trinta dias, sob instruções e na medida do determinado por este, eliminará completamente os Dados Pessoais e todas as cópias porventura existentes (seja em formato digital ou físico), salvo quando a CONTRATADA tenha que manter os dados para cumprimento de obrigação legal.

5.11. A CONTRATADA ficará obrigada a assumir total responsabilidade e ressarcimento por todo e qualquer dano e/ou prejuízo sofrido incluindo sanções aplicadas pela autoridade nacional decorrentes de tratamento inadequado dos dados pessoais compartilhados pelo CONTRATADO para as finalidades pretendidas neste contrato.

5.12. A CONTRATADA ficará obrigada a assumir total responsabilidade pelos danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos que venham a ser causados em razão do descumprimento de suas obrigações legais no processo de tratamento dos dados compartilhados pelo CONTRATANTE.

5.13. Eventuais responsabilidades serão apuradas de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da LGPD.

5.14. Os dados biométricos utilizados exclusivamente para fins de controle de acesso deverão ser armazenados em ambiente seguro e utilizados estritamente para as finalidades previstas neste Termo de Referência, sendo vedado o seu compartilhamento com terceiros não autorizados.

5.15. A CONTRATADA deverá observar, no que couber, as diretrizes e orientações estabelecidas no Parecer nº 00001/2024/CNCIC/CGU/AGU, especialmente quanto ao tratamento de dados pessoais sensíveis no âmbito de contratações públicas que envolvam sistemas de reconhecimento biométrico e controle de acesso.

5.16. O descumprimento das disposições desta cláusula sujeitará a CONTRATADA às sanções administrativas cabíveis, sem prejuízo das responsabilidades civil, administrativa e legalmente previstas.

ECZ/mmb

5.3. Garantia, manutenção e Suporte

5.3.1. Aplica-se à prestação dos serviços o prazo de garantia estabelecido no art. 26 do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), **acrescido de garantia contratual mínima de 12 (doze) meses**, contados a partir do **recebimento definitivo dos serviços e equipamentos pela FUTEL**.

5.3.2. Durante esse período, a contratada será **responsável, sem custos adicionais**, por reparos, correções, reexecução ou substituições de **serviços e equipamentos de controle de acesso (catracas)** que apresentem falhas, assegurando a manutenção corretiva dos sistemas fornecidos, **incluindo ajustes mecânicos e eletrônicos, atualizações de software, reconfigurações e demais intervenções técnicas necessárias para manter o pleno funcionamento, segurança e desempenho contratados**.

5.3.3. As solicitações da FUTEL devem ser atendidas **imediatamente**, respeitando os prazos definidos neste Termo de Referência e no termo de Referência técnico da PRODAUB. Todos os **custos decorrentes de reparos, transporte, mão de obra e substituição de equipamentos** serão **integralmente arcados pela contratada**. As peças ou dispositivos substituídos devem ser **novos, originais ou de qualidade equivalente**, garantindo **padrões de desempenho iguais ou superiores** aos equipamentos originalmente fornecidos.

5.3.4. A garantia permanecerá válida mesmo após o encerramento da vigência contratual, gerando, em caso de descumprimento das condições aqui estabelecidas, as sanções previstas contratualmente e na legislação vigente.

5.3.5. A **manutenção corretiva** compreende todas as ações necessárias para corrigir falhas no sistema de catracas e controle de acesso, **incluindo reparos eletromecânicos, substituição de peças, mão de obra e deslocamento, substituição de equipamentos com defeito, reconfiguração de sistemas, atualizações de software e firmware, testes operacionais e validação funcional**, emissão de relatórios trimestrais de manutenção preventiva e disponibilidade do sistema, visando restabelecer integralmente a operação e a confiabilidade do sistema. Todos os **serviços e equipamentos que apresentarem defeitos ou não conformidades durante o período de garantia deverão ser reparados ou substituídos, sem quaisquer ônus à FUTEL**, assegurando a **qualidade mínima originalmente contratada ou superior**.

5.3.6. Todos os serviços deverão seguir **integralmente as disposições do Estudo Técnico Preliminar (ETP) – Tópico 9**, incluindo **instalação, configuração, manutenção, calibração, treinamento, monitoramento e segurança dos equipamentos de controle de acesso**, garantindo **qualidade, continuidade operacional e desempenho adequado**.

6. MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo que cada parte responderá pelas consequências decorrentes de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, com as circunstâncias devidamente registradas por meio de apostila contratual.

6.3. As comunicações entre a FUTEL e a contratada deverão ser realizadas por escrito sempre que exigida formalidade, admitindo-se mensagens eletrônicas como meio válido para tal finalidade.

ECZ/mmb

6.4. A FUTEL poderá convocar representante da empresa para adoção imediata de providências necessárias à continuidade ou regularização dos serviços contratados.

6.5. Após a assinatura do contrato, a FUTEL poderá convocar o representante da contratada para reunião inicial, com apresentação do plano de fiscalização, contendo informações sobre:

- I- obrigações contratuais;
- II- mecanismos de controle;
- III- estratégias para execução dos serviços;
- IV- indicadores de desempenho;
- V- planos complementares da contratada;
- VI- critérios de aferição da qualidade dos equipamentos e serviços prestados no sistema de catracas e controle de acesso;
- VII- sanções aplicáveis.

6.6. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) designado(s), conforme o Decreto Municipal nº 20.154/2023, podendo ser substituídos formalmente.

6.7. O fiscal do contrato acompanhará a execução para garantir o cumprimento das condições pactuadas, assegurando a **qualidade, funcionamento contínuo e segurança dos sistemas de catracas e controle de acesso**. Todas as ocorrências serão registradas no histórico de gerenciamento, e eventuais falhas deverão ser notificadas à contratada para correção dentro do prazo estipulado.

6.7.1. Situações que ultrapassem a competência do fiscal serão comunicadas imediatamente ao gestor do contrato para adoção das medidas cabíveis.

6.7.2. O fiscal informará ao gestor, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, para que sejam providenciadas a renovação ou a prorrogação, se aplicáveis.

6.8. O fiscal verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, o acompanhamento do empenho, os pagamentos, garantias e demais formalidades contratuais, podendo solicitar documentos comprobatórios sempre que necessário.

6.8.1. Em caso de descumprimento contratual, o fiscal atuará prontamente, reportando ao gestor para as providências legais cabíveis.

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização e controle do processo de fiscalização, registrando formalmente todas as ocorrências, ordens de serviço, alterações e prorrogações contratuais, elaborando relatórios para avaliação da execução e eventuais ajustes contratuais.

6.9.1. O gestor acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada para fins de empenho e pagamento, registrando riscos e entraves no relatório de riscos e informando à autoridade superior em casos que ultrapassem sua competência.

6.9.2. O gestor emitirá relatório de avaliação da execução contratual, com base em indicadores objetivos aferidos pelos fiscais técnicos, administrativos e setoriais, incluindo o registro de eventuais penalidades aplicadas.

6.9.3. Caberá ao gestor a formalização de processos administrativos para responsabilização e aplicação de sanções, conforme o art. 158 da Lei nº 14.133/2021 ou conforme a competência atribuída.

6.10. O fiscal comunicará ao gestor, com a devida antecedência, o término do contrato para viabilizar a renovação ou prorrogação tempestiva.

6.11. O gestor deverá elaborar relatório final contendo a avaliação da consecução dos objetivos do contrato e recomendações para aprimoramento dos serviços de controle de acesso e funcionamento das catracas eletrônicas.

6.12. O gestor enviará a documentação necessária ao setor responsável para formalização da liquidação e pagamento, conforme os valores aprovados pela fiscalização.

6.13. Deverão ser designados, por meio de portaria, os servidores responsáveis pelo acompanhamento do contrato, **como gestor e fiscais técnicos e administrativos**, bem como seus respectivos suplentes, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

(I) Gestor: RAMON TADEU CARVALHO BUCCI – Matr. 1019-7 – Diretor/DAM-15.

Suplente: MARCOS ROBERTO URZEDO DE OLIVEIRA - Matr-999-7 - Diretor – DAM-15.

(II) Fiscal: WALTER MARTINS TERRERI – Matr. 1043 – 0 – ASSISTENTE/DAM-6.

Suplente: DANILO EDUARDO FONSECA – MATR. 1219-0 – OFICIAL ADMINISTRATIVO.

6.14. Do Preposto

6.14.1. A contratada deverá designar formalmente o preposto da empresa, **antes do início da prestação dos serviços**, indicando no instrumento os poderes e responsabilidades referentes à execução do contrato, especialmente para tratar de **questões técnicas e operacionais relativas ao a instalação, manutenção e operação do sistema de controle de acesso, incluindo as catracas eletrônicas e os dispositivos integrados**.

6.14.1. O preposto designado atuará como representante direto da contratada junto à FUTEL, com capacidade para tomar decisões operacionais, acompanhar os serviços executados, participar de reuniões técnicas, responder a notificações e implementar correções determinadas pela fiscalização contratual.

6.14.2. A FUTEL poderá recusar, mediante justificativa fundamentada, a indicação ou a manutenção do preposto designado pela contratada, caso entenda que o profissional **não atende aos requisitos técnicos, comportamentais ou operacionais necessários** ao bom desempenho das funções. Nesta hipótese, a contratada deverá designar novo preposto de forma imediata.

6.14.3. A FUTEL poderá convocar o preposto da contratada a qualquer tempo para adoção imediata de providências relativas à execução dos serviços, garantindo **o pleno funcionamento das catracas, a integridade dos sistemas de controle de acesso e o atendimento eficiente às demandas operacionais**.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. Além do previsto neste Termo de Referência, os procedimentos de liquidação e pagamento deverão observar o disposto na **Portaria Conjunta SMF/CGM nº 19, de 13 de setembro de 2023**.

7.1.1. A avaliação da execução dos serviços utilizará os critérios estabelecidos neste item, considerando a **qualidade da instalação, funcionamento e manutenção do sistema de controle de acesso por meio de catracas eletrônicas**, bem como a **efetividade das medidas de segurança, estabilidade e integração com os sistemas da FUTEL**.

7.1.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a contratada:

7.1.2.1. Não atingir os **níveis de disponibilidade, desempenho e funcionamento contínuo das catracas e do sistema de controle de acesso**, conforme especificado no contrato;

7.1.2.2. Deixar de executar, ou executar com qualidade inferior à exigida, os **serviços de instalação, manutenção preventiva e corretiva, treinamento de operadores, ou monitoramento dos equipamentos**;

7.1.2.3. Deixar de utilizar os **recursos técnicos, humanos e tecnológicos necessários para garantir a funcionalidade, segurança física e lógica do sistema**, ou empregá-los em quantidade ou qualidade insuficiente;

7.1.2.4. A utilização do **Relatório de Medição mensal** não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para avaliação da prestação dos serviços, podendo ser considerados documentos fiscais, relatórios técnicos, evidências de execução e indicadores operacionais definidos pela fiscalização da FUTEL.

7.2. Recebimento do objeto

7.2.1. Os serviços serão recebidos **provisoriamente**, de forma sumária, no ato da conclusão parcial ou total, mediante **relatório ou atestado de execução** emitido pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, **para efeito de posterior verificação da conformidade dos serviços com as especificações deste Termo de Referência e da proposta contratual**.

7.2.2. A contratada será responsável por disponibilizar **toda a infraestrutura técnica, mão de obra especializada e recursos necessários** para a execução dos serviços, incluindo **suporte técnico, manutenção preventiva e corretiva, substituição de peças e monitoramento do funcionamento contínuo das catracas e do sistema de controle de acesso**, sem ônus adicional para a Administração.

7.2.3. Os serviços poderão ser **rejeitados, no todo ou em parte**, inclusive antes do recebimento provisório, **quando em desacordo com as especificações contratuais** ou apresentarem falhas na **qualidade, continuidade, segurança física ou lógica** do sistema, devendo ser **corrigidos ou refeitos no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas**, contados da notificação da Administração, **às custas da contratada**, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.2.4. O **recebimento definitivo dos serviços** ocorrerá no prazo de até **10 (dez) dias úteis**, contado a partir do recebimento do **relatório final, atestado de execução, nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente**, após verificação da **qualidade, funcionamento e**

segurança dos equipamentos e do sistema, mediante termo detalhado de aceitação emitido pela FUTEL.

7.2.5. Para os itens cujos valores não ultrapassem o limite previsto no inciso II do art. 75 da Lei Federal nº 14.133/2021, o prazo para recebimento definitivo poderá ser reduzido para até 10 (dez) dias úteis.

7.2.6. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, mediante justificativa formal, por igual período, quando houver necessidade de diligências para aferição do atendimento às exigências contratuais.

7.2.7. Em caso de controvérsia sobre a execução dos serviços quanto à extensão, qualidade ou conformidade, deverá ser observado o disposto no art. 143 da Lei Federal nº 14.133/2021, podendo ser autorizado pagamento parcial correspondente à parcela incontroversa da execução.

7.2.8. O prazo para solução, pelo contratado, de inconsistências na execução dos serviços ou saneamento de documentos relacionados, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação, não será computado para fins de recebimento definitivo.

7.2.9. O recebimento provisório ou definitivo não exime a contratada da responsabilidade civil e técnica pela solidez, segurança e perfeita execução dos serviços contratados, devendo manter os padrões de qualidade e funcionamento durante todo o período de vigência contratual e garantia estendida.

7.3. Liquidação

7.3.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 125, § 4º do Decreto Municipal nº 20.154, de 2023.

7.3.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite previsto no inciso II do art. 75 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

7.3.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.3.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a contratada

providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus para a Administração.

7.3.5. Haverá retenção na fonte do Imposto de Renda (IR), nos termos do Decreto Municipal nº 20.086/2022 e em conformidade com a Instrução Normativa nº 1.234/2012, e suas alterações, da Receita Federal, inclusive quanto às isenções.

7.3.6. As notas fiscais deverão ser emitidas em observância às regras de retenção previstas na Instrução Normativa nº 1.234/2012, e suas alterações, da Receita Federal, conforme dispõe o Decreto Municipal nº 20.086/2022, sob pena de não aceitação por parte da Administração.

7.3.7. A contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123/2006, não sofrerá retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. Entretanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.3.8. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

7.3.9. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF, ou, na impossibilidade de acesso ao referido sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais, para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.3.10. Constatando-se, junto ao SICAF, ou, na impossibilidade de acesso ao referido sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Administração.

7.3.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Administração deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento dos créditos públicos.

7.3.12. Persistindo a irregularidade, a Administração deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

7.3.13. Havendo a efetiva prestação dos serviços objeto deste contrato, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão contratual, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.4. Prazo de pagamento

7.4.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa e consequente assinatura da ordem de pagamento pela autoridade

ECZ/mmb

competente, conforme seção anterior, nos termos do art. 125, inciso II do Decreto Municipal nº 20.154, de 2023.

7.4.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite previsto no inciso II do art. 75 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

7.4.3. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$EM = I \times N \times VP$$

Sendo:

I – Índice de Compensação Financeira, capitalizado diariamente em regime de juros simples, à taxa nominal de 6,0% (seis por cento) ao ano, ou de 0,5% (meio por cento) ao mês.

Cálculo do parâmetro “I”

$I = (TX/100) / 365 = (6/100) / 365 = 0,00016438$.

TX = 6,0% a.a.

VP = Valor do pagamento, ou da parcela em atraso.

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.

7.5. Forma de pagamento

7.5.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicadas pelo contratado, mediante apresentação de nota fiscal e relatório técnico de funcionamento. O valor mensal inclui todos os custos de locação, manutenção, suporte e atualização.

7.5.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.5.3. No ato do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista nas legislações aplicáveis e conforme as disposições deste documento.

7.5.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, no momento do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.5.4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, não sofrerá retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. Entretanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.5.5. Não serão retidos os valores correspondentes ao Imposto de Renda, conforme as hipóteses previstas no artigo 4º da Instrução Normativa nº 1.234/2012.

8 OBRIGAÇÕES DAS PARTES

8.1. Obrigações da contratante

ECZ/mmb

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, conforme estabelecido neste Termo, no Edital e seus anexos, na proposta e no contrato, relacionadas à **prestação dos serviços de instalação, manutenção preventiva e corretiva, monitoramento e suporte técnico das catracas eletrônicas e do sistema de controle de acesso;**

8.1.2. Receber o serviço contratado no prazo e nas condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre eventuais falhas, defeitos ou inconformidades verificadas no serviço prestado, para que sejam **corrigidas ou executadas**, no todo ou em parte, às suas expensas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5. Comunicar o Contratado para emissão de Nota Fiscal referente à parcela incontroversa da execução do objeto, para fins de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia quanto à extensão, qualidade ou conformidade do serviço, conforme previsto no art. 143 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à prestação dos serviços, nos prazos, formas e condições estabelecidas neste Contrato;

8.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na legislação e no contrato em caso de descumprimento;

8.1.8. Comunicar o órgão de representação judicial, quando aplicável, para adoção das medidas cabíveis em face do descumprimento contratual pelo Contratado;

8.1.9. Emitir decisão fundamentada sobre todas as solicitações do Contratado, incluindo pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressaltando os requerimentos manifestamente impertinentes, protelatórios ou desprovidos de interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.10. Observar o prazo de 01 (um) mês, contado da data do protocolo do requerimento, conforme art. 112 do Decreto Municipal nº 20.154, de 2023, para manifestação sobre as solicitações, podendo haver prorrogação por igual período, desde que justificada;

8.1.11. Notificar os emitentes das garantias contratuais acerca do início de processo administrativo para apuração de descumprimento das cláusulas contratuais;

8.1.12. A Administração **não se responsabiliza por compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros**, mesmo que relacionados à execução do contrato, **nem por danos causados a terceiros por atos do Contratado, seus empregados, prepostos ou subordinados.**

8.1.13. Cumprir as disposições constantes do item 13 do termo de referência da PRODAUB.

8.2. Obrigações do contratado

8.2.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo exclusivamente os riscos e despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando ainda as obrigações a seguir dispostas:

- 8.2.2. Certificar-se sobre a procedência, qualidade e conformidade técnica dos **equipamentos, catracas eletrônicas, softwares e sistemas de controle de acesso**, em consonância com as normas técnicas e regulatórias aplicáveis;
- 8.2.3. Fornecer os equipamentos e serviços nas quantidades, prazos e condições pactuadas, acompanhados, quando cabível, de **documentação técnica, manuais de operação, licenças de software, certificados de garantia** e informações para contato da assistência técnica autorizada;
- 8.2.4. Responsabilizar-se por eventuais vícios, falhas ou danos decorrentes da prestação dos serviços e fornecimento dos equipamentos, conforme legislação aplicável, incluindo o Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990);
- 8.2.5. Comunicar à FUTEL, com no mínimo 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, quaisquer circunstâncias que possam impedir o cumprimento dos prazos contratados, com a devida comprovação, salvo disposição diversa no Termo de Referência;
- 8.2.6. Atender prontamente às determinações e solicitações do fiscal ou gestor do contrato, fornecendo os esclarecimentos, relatórios ou informações requisitadas;
- 8.2.7. Reparar, corrigir, substituir ou executar, às suas expensas e no prazo estabelecido pela fiscalização, qualquer item ou serviço que apresentar vícios, defeitos ou não conformidades com o contrato;
- 8.2.8. Responder por todos os danos causados à Administração ou a terceiros em decorrência da prestação dos serviços e instalação dos equipamentos, inclusive durante a operação e manutenção, não se eximindo da responsabilidade mesmo quando sob fiscalização da contratante;
- 8.2.9. Manter, durante toda a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação;
- 8.2.10. Apresentar, quando não possível a verificação automática via SICAF, junto à Nota Fiscal, os documentos que comprovem a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, conforme exigido no Termo de Referência;
- 8.2.11. Cumprir integralmente as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, sem transferência de responsabilidade para a Administração;
- 8.2.12. Comunicar imediatamente à FUTEL, em até 24 (vinte e quatro) horas, quaisquer ocorrências anormais, falhas graves ou acidentes relacionados à execução do contrato;
- 8.2.13. Suspender imediatamente, a pedido da FUTEL, qualquer atividade que não esteja em conformidade com as normas técnicas, ambientais ou que represente risco a pessoas, instalações ou terceiros;
- 8.2.14. Cumprir a reserva legal de cargos para pessoas com deficiência, reabilitados da Previdência Social ou aprendizes, nos termos da legislação em vigor;
- 8.2.15. Quando solicitado, comprovar documentalmente a observância da reserva legal de vagas, informando os empregados contratados para tal fim;
- 8.2.16. Manter sigilo absoluto sobre todas as informações técnicas, operacionais e administrativas obtidas em decorrência do contrato, especialmente dados sensíveis e estratégicos da FUTEL;

8.2.17. Suportar os custos decorrentes de eventuais erros no dimensionamento da proposta, inclusive eventuais custos variáveis, sendo obrigado a complementar a execução conforme o escopo contratado;

8.2.18. Cumprir as normas de segurança da contratante e as demais legislações aplicáveis, garantindo a integridade das instalações e segurança das pessoas envolvidas;

8.2.19. Alocar profissionais tecnicamente habilitados e devidamente capacitados para a instalação, configuração, manutenção e operação das catracas eletrônicas e sistemas de controle de acesso, fornecendo os recursos, EPIs, ferramentas e sistemas necessários à execução;

8.2.20. Capacitar e orientar seus empregados quanto à **proteção de dados pessoais**, nos termos da **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018)**, adotando medidas técnicas e administrativas adequadas à proteção da privacidade e segurança da informação;

8.2.21. Abster-se de contratar, durante a vigência contratual, cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau de dirigentes da contratante ou dos fiscais/gestores designados, conforme art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021;

8.2.22. Submeter previamente à aprovação da contratante qualquer alteração nos métodos de execução ou especificações, especialmente alterações técnicas nos equipamentos, softwares ou na forma de integração com o ambiente da FUTEL;

8.2.23. Responsabilizar-se pela remoção de materiais, entulhos, embalagens e resíduos gerados durante a instalação, substituição ou manutenção dos equipamentos, mantendo o ambiente limpo e organizado;

8.2.24. Observar rigorosamente as **especificações técnicas** constantes dos **itens 1.4 a 1.13 deste Termo de Referência**, bem como as disposições do **Anexo I**, incluindo, em especial, o **item 12 – Obrigações da Contratada**, do **Termo de Referência Técnico da PRODAUB**, além das **orientações expedidas pela Administração**, de modo a assegurar a **perfeita execução dos serviços contratados**.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E JUSTIFICATIVA DE PARCELAMENTO

9.1. Forma de seleção

9.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório, pelo **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO GLOBAL**.

9.1.2. A adjudicação do objeto será global.

9.3. Da opção pela utilização do Sistema de Registro de Preços:

9.3.1. A adoção do **Sistema de Registro de Preços (SRP)** para a contratação de **serviços e fornecimento de equipamentos relacionados a catracas eletrônicas, incluindo instalação, manutenção e suporte técnico**, justifica-se pelas **características do objeto**, que demanda contratações **variáveis, contínuas e dinâmicas**, conforme a necessidade da Fundação Uberlandense do Turismo, Esporte e Lazer – FUTEL.

Tal modelagem encontra **respaldo legal** no **art. 40, inciso II, e no art. 82 da Lei Federal nº 14.133/2021**, bem como nos **arts. 70, incisos I e II (primeira parte), do Decreto Municipal nº 20.154/2023**, que autorizam o uso do SRP em hipóteses de: I- contratações parceladas; II- contratações de caráter frequente; e III- demandas não previamente programadas.

9.3.1.1. O uso do SRP possibilita à Administração flexibilizar a execução contratual, realizando contratações somente quando necessário, com base em estimativas técnicas, otimizando o uso de recursos públicos e assegurando a continuidade dos serviços essenciais, em especial os vinculados ao controle de acesso, segurança operacional e funcionamento das unidades da Fundação.

9.3.2. A opção pelo Pregão Eletrônico como modo de disputa reforça os princípios da competitividade, publicidade, transparência e eficiência, ampliando a participação de fornecedores de todas as regiões e assegurando à FUTEL o acesso às melhores condições comerciais, observadas as especificações técnicas e níveis de desempenho exigidos.

9.3.2.1. A execução da ata de registro de preços será facultativa, compatibilizando a contratação com a disponibilidade orçamentária e financeira, além de permitir a aquisição conforme as reais necessidades da Fundação, especialmente diante da possibilidade de variação na quantidade e tipos de catracas a serem instaladas ou mantidas.

9.3.2.2. Dessa forma, a adoção do SRP, aliada ao uso do pregão eletrônico, está plenamente justificada sob os aspectos técnico, econômico e legal, reafirmando o compromisso da Administração com uma gestão pública moderna, eficiente e orientada a resultados.

9.3.3. Não será realizada a divulgação da Intenção de Registro de Preços (IRP), conforme dispensa expressamente prevista no §1º do art. 86 da Lei Federal nº 14.133/2021, que admite tal exceção quando o órgão gerenciador for o único participante.

9.3.3.1. No presente caso, embora tenham sido **formalmente notificados, nenhum dos órgãos internos da FUTEL (como diretorias e unidades administrativas)** manifestou interesse em aderir à ata como participante, **confirmando que a Fundação atuará exclusivamente como órgão gerenciador e contratante único.**

9.4. Justificativa para a não abertura do procedimento público de intenção de registro de preços e vedação à adesão posterior à ata:

9.4.1. Não será realizada a divulgação da IRP, uma vez que o art. 86 § 1º, da Lei 14133/2021 admite a dispensa da intenção de registro de preços quando o órgão for o único contratante. No caso, em que pese tenham sido notificados, os órgãos desta Fundação (Diretorias), não manifestaram interesse na adesão.

9.4.2. Não será admitida a participação e/ou adesão posterior à ata de registro de preços decorrente desta licitação, nos termos do artigo 71, inciso III, do Decreto Municipal nº 20.154/2023, uma vez que esta Fundação não possui estrutura administrativa necessária para o gerenciamento do processo, sobretudo porque não dispõe de sistema de controle - atualmente feito de forma manual e por número reduzido de servidores - o que inviabilizaria o acompanhamento adequado dos contratos decorrentes. Ademais, a possibilidade de participação e/ou adesões posteriores compromete o equilíbrio econômico e operacional da contratação, podendo gerar sobrecarga ao fornecedor, aumentar os riscos de inadimplência e dificultar o cumprimento das condições inicialmente pactuadas. Ressalte-se, ainda, que tal vedação visa cumprir o planejamento original da contratação, garantindo a previsibilidade e a adequada gestão dos recursos públicos.

9.5. Justificativa para Parcelamento ou Adjudicação Conjunta:

9.5.1. A Lei nº 14.133/2021 orienta que, sempre que possível, a Administração deve dividir o objeto da licitação em partes (parcelar), para facilitar a participação de mais empresas e garantir melhores condições para o serviço. Contudo, essa divisão deve ocorrer somente se for tecnicamente viável, vantajosa e não comprometer a eficiência ou a economia de escala, conforme previsto no artigo 40, inciso V, alínea “b”, §§2º e 3º c/c artigo 47, inciso II, §1º, ambos da Lei nº 14.133/2021.

9.5.2. No caso específico da presente contratação, que visa à prestação de serviços de locação equipamentos relacionados a **catracas eletrônicas**, incluindo instalação, manutenção e suporte técnico para a FUTEL, concluiu-se, após análise técnica da equipe de planejamento, que a licitação com menor preço global configura-se como a solução mais eficaz e vantajosa. Essa decisão está fundamentada nos seguintes aspectos:

(I) **Interdependência técnica e operacional dos serviços:** o serviço contratado envolve infraestrutura integrada, incluindo equipamentos, sistemas de controle de acesso e suporte técnico que demandam atuação conjunta para garantir a funcionalidade, segurança e desempenho do sistema. A segmentação dos serviços poderia comprometer a integridade do controle de acesso, a uniformidade dos procedimentos e a continuidade operacional.

(II) **Eficiência logística e operacional:** a gestão centralizada dos serviços permite otimizar o atendimento técnico, a manutenção preventiva e corretiva, reduzindo tempos de resposta e evitando sobreposição de atividades que fragmentaram a gestão das catracas eletrônicas.

(III) **Economia de escala e melhor relação custo-benefício:** a contratação unificada possibilita melhor negociação de preços e condições comerciais, além de reduzir custos administrativos e operacionais, proporcionando maior eficiência financeira à Fundação.

(IV) **Racionalização da fiscalização e da gestão contratual:** a adjudicação em lote único simplifica o acompanhamento da execução contratual, facilitando a comunicação, a resolução de problemas e a aplicação de medidas corretivas.

(V) **Continuidade e padronização na qualidade dos serviços:** um único fornecedor assegura uniformidade nos processos de instalação, manutenção e monitoramento, reduzindo riscos de inconsistência técnica e falhas de segurança, essenciais para a estabilidade do sistema de controle de acesso.

9.5.3. Dessa forma, resta evidenciado que o parcelamento da contratação, neste caso, não atenderia ao interesse público da FUTEL, tampouco proporcionaria ganhos técnicos, operacionais ou econômicos. Pelo contrário, poderia comprometer a eficiência e a gestão integrada do sistema de catracas eletrônicas da Fundação. Assim, justifica-se a adoção da adjudicação em lote único, por se tratar de solução mais adequada à natureza e à complexidade dos serviços contratados, garantindo economicidade, segurança, continuidade e padronização dos serviços de controle de acesso.

9.5.4. Diante do exposto, considerando que a licitação parcelada não seria vantajosa nem prática para a Fundação, justifica-se a contratação em lote único, conforme permitido pelo artigo 11 c/c artigo 34 c/c artigo 40, inciso V, alínea “b”, §§ 2º e 3º c/c artigo 47, inciso II, §1º, todos da Lei nº 14.133/2021 e Súmula 114 do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE/MG).

9.6. Critérios de aceitabilidade e julgamento da proposta

9.6.1. Será adotado o critério de julgamento pelo menor valor global para a prestação dos serviços de instalação, manutenção e suporte técnico de catracas eletrônicas objeto desta licitação.

9.6.2. Serão desclassificadas as propostas que permanecerem acima do orçamento estimado, mesmo após todas as etapas de negociação.

9.6.3. A empresa classificada provisoriamente em primeiro lugar, quando solicitada pelo Agente de Contratação/Pregoeiro, deverá encaminhar proposta adequada ao preço final, acompanhada das especificações técnicas dos equipamentos e serviços de catracas eletrônicas para análise da aceitabilidade do objeto pelo setor técnico responsável.

9.6.3.1. Caso a documentação apresentada não atenda às exigências previstas neste Termo de Referência, a proposta será sumariamente desclassificada.

9.7. Exigências de habilitação

9.7.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os requisitos exigidos neste edital, conforme especificado no Termo de Referência.

9.7.2. Em caso de contratação de Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) cuja natureza do serviço vedar o recolhimento na forma do SIMPLES NACIONAL, nos termos do art. 17 da Lei Complementar Federal nº 123/2006, o licitante deverá, nos moldes e prazos estabelecidos pela Receita Federal, promover seu desenquadramento do Simples Nacional, conforme previsto no art. 30, § 1º, inciso II, da mesma lei.

9.8. Habilitação jurídica:

9.8.1. Pessoa física: apresentar cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.8.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio oficial <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8.4. Sociedade empresária, Sociedade Limitada Unipessoal – SLU ou Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;

9.8.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.8.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivada na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro previsto no art. 107 da Lei Federal nº 5.764, de 16 de

dezembro de 1971;

9.8.8.1. Em caso de participação de cooperativas, será exigida a documentação complementar abaixo:

9.8.8.1.1. Relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com respectivas atas de inscrição e comprovação de domicílio na localidade da sede da cooperativa, conforme arts. 4º, XI; 21, I; e 42, §§ 2º a 6º da Lei 5.764/1971;

9.8.8.1.2. Declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada cooperado indicado;

9.8.8.1.3. Comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.8.8.1.4. Registro previsto no art. 107 da Lei nº 5.764/1971;

9.8.8.1.5. Comprovação da integração das quotas-partes pelos cooperados que executarão o contrato;

9.8.8.1.6. Documentos para comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

I- Ata de fundação;

II- Estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

III- Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com ata da assembleia;

IV- Editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

V- Registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou reuniões seccionais;

VI- Ata da sessão que autorizou a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

9.8.9. Última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme art. 112 da Lei nº 5.764/1971, ou declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

9.8.10. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, conforme art. 4º, § 2º do Decreto Federal nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021;

9.8.11. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165);

9.8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

9.8.13. Em caso de contratação de Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) cuja natureza do serviço vede o recolhimento na forma do Simples Nacional nos termos do art. 17 da Lei Complementar nº 123/2006, a empresa deverá, conforme prazos e procedimentos da Receita Federal, promover seu desenquadramento do Simples Nacional, na forma do art. 30, § 1º, inciso II, da mesma Lei.

9.9. Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.9.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso.

9.9.2. Prova de regularidade relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.

9.9.3. Prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da Licitante, ou outra equivalente na forma da Lei, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou

ECZ/mmb

concorre.

9.9.3.1. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.9.4. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

9.9.5. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, conforme artigo 195, §3º, da Constituição Federal.

9.9.6.. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

9.9.7. O fornecedor enquadrado como Microempreendedor Individual (MEI) que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.9.8. Declaração firmada pela Licitante, com amparo do artigo 68, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133/2021, de que não possui em seu quadro permanente menor de 18 anos de idade em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 anos de idade em trabalho de qualquer natureza, exceto na condição de menor aprendiz, a partir de 14 anos de idade.

9.9.9. Declaração firmada pela Licitante, com amparo do artigo 63, inciso IV, c/c art. 92, inciso XVII, da Lei Federal nº 14.133/2021, de que cumpre as exigências de reservas de cargos para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, previstas em lei e outras normas específicas.

9.10. Vistoria Prévia- artigo 63, §§ 2º a 4º c/c art. 67, inciso VI, ambos da Lei 14.133/21.

9.10.1. Será facultado ao licitante a avaliação prévia do local de execução dos serviços para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado pelo servidor Walter Martins Terrier, matrícula 1043-0, designado para esse fim, das 8h às 11h e das 12h às 16h.

9.10.2. O interessado deverá entrar em contato com a equipe da demandante através do e-mail licitacaofutel@uberlandia.mg.gov.br ou através dos telefones (34) 3235-6289/ 3235-6155 /3222-4055 até 02 (dois) dias antes da sessão de licitação para marcar a vistoria.

9.10.3. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia, sendo vedada a realização de visitas com mais de um licitante ao mesmo tempo.

9.10.4. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

9.10.5. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das especificações dos locais, das instalações dos pontos de internet, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

ECZ/mmb

9.10.6. A vistoria prévia facultativa pode ser substituída por declaração de que o licitante tem pleno conhecimento das condições locais e peculiaridades inerentes à natureza dos serviços.

9.10.7. A licitante, comparecendo presencialmente ou não à vistoria técnica, deverá emitir um dos seguintes documentos que serão apresentados juntamente com a documentação técnica, conforme **subitem nº 9.12** e seguintes deste Termo de Referência:

9.10.7.1. Atestar que conhece os locais e as condições da realização do serviço após a realização da visita técnica.

9.10.7.2. Atestar que conhece o local e as condições da realização do serviço mesmo sem ter realizado a visita.

9.10.7.3. Declarar formalmente, por meio do respectivo responsável técnico, que possui conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação independentemente da visita.

9.10.8. Da justificativa da necessidade da avaliação prévia dos locais de execução:

9.10.8.1. A exigência de avaliação prévia encontra amparo no art. 63, §§2º a 4º, c/c art. 67, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021, e decorre da imprescindibilidade de avaliação das condições e peculiaridades estruturais dos locais de execução do objeto, quais sejam, aproximadamente 5 (cinco) portarias, sob gestão da FUTEL.

9.10.8.2. A avaliação possibilita identificar aspectos técnicos indispensáveis à adequada prestação dos serviços relacionados à instalação, configuração e manutenção de catracas eletrônicas, tais como disponibilidade de energia elétrica, infraestrutura de cabeamento, pontos de instalação, acessibilidade, condições ambientais e eventuais limitações físicas que possam impactar o funcionamento e a manutenção dos equipamentos.

9.10.8.3. A medida visa garantir a correta estimativa de recursos, prevenir falhas na execução e reduzir os riscos de inadimplemento contratual. Preservando a competitividade do certame, admite-se, conforme prevê a legislação de regência já citada, a substituição da vistoria por declaração formal do responsável técnico da licitante, permanecendo, entretanto, a responsabilidade integral da empresa quanto ao conhecimento das condições de execução. Assim, a exigência não constitui restrição ao caráter competitivo, mas sim requisito técnico necessário para assegurar a eficiência, a segurança e a regularidade da contratação.

9.11. Qualificação Econômico-Financeira

9.11.1. Tendo em vista o valor significativo desta licitação e a essencialidade dos serviços a serem prestados, é imprescindível a contratação de empresa regularmente constituída, com comprovada solvência financeira e capacidade econômica para cumprir integralmente as obrigações decorrentes do futuro contrato ou ata de registro de preços, especialmente para a instalação, manutenção e suporte técnico de catracas eletrônicas. Para tanto, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

9.11.2. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

9.11.3. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei Federal nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II;

ECZ/mmb

9.11.3.1. Só será permitida a participação de empresas em recuperação judicial e extrajudicial se comprovada, respectivamente, a aprovação ou a homologação do plano de recuperação pelo juízo competente, nos termos da Lei Federal nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005.

9.11.3.2. Se o licitante não for sediado no Estado de Minas Gerais, as certidões deverão vir acompanhadas de comprovação de que a certidão emitida contempla as ações relativas a falências, recuperação judicial e execução patrimonial.

9.11.4. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

9.11.5. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

9.11.6. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 65, §1º).

9.11.7. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 69, §6º).

9.11.8. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.12. Qualificação técnico-operacional

9.12.1. Os documentos de qualificação técnica abaixo serão avaliados pela área técnica da FUTEL, que manifestará pelo deferimento ou indeferimento de cada documento.

9.12.1.1. Havendo necessidade de esclarecimentos, a área técnica da FUTEL poderá solicitar ao Pregoeiro/Agente de Contratação a realização de diligências visando a complementação ou elucidação dos documentos de qualificação técnica.

9.12.2. A licitante classificada em primeiro lugar no certame deverá apresentar certificado de autorização para exploração de SCM (Serviço de Comunicação Multimídia) emitido pela ANATEL, bem como certificado de homologação da ANATEL referente aos equipamentos contemplados, nos termos dos artigos 42 e 67, ambos da Lei Federal nº 14.133/21.

9.12.3. Para a presente contratação, será exigida, ainda, documentação relativa à qualificação técnico-operacional, que envolve a comprovação de que o licitante já executou, de modo satisfatório, atividades similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto a ser contratado, restrita à empresa classificada em primeiro lugar, conforme artigo 67, incisos II e IV, §§ 1º e 3º da Lei nº 14.133/21:

ECZ/mmb

9.12.3.1. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou, quando cabível, pelo conselho profissional competente, conforme artigo 67, inciso II da Lei Federal nº 14.133/21;

9.12.3.1.1. Para fins de comprovação, os atestados/certidões deverão referir-se a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.12.3.1.2. O atestado/certificado deverá conter:

- I- Indicação do emitente (nome, razão social, CNPJ, endereço);
- II- Dados do emissor (nome, cargo, telefone e e-mail para contato);
- III- Dados da empresa licitante (nome e CNPJ);
- IV- Características e descrição dos serviços prestados, com informações que permitam identificar a compatibilidade e similaridade com o objeto da licitação, incluindo quantidades e taxas de transição dos serviços;
- VI- Declaração do emitente de que o serviço foi prestado a contento, com manifestação expressa do signatário quanto à qualidade dos serviços prestados;
- VII- Data de emissão e assinatura do emissor.

9.12.4. Será admitida, para fins de comprovação, a apresentação e somatória de diferentes atestados executados de forma concomitante.

9.12.5. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou filial do fornecedor.

9.12.6. A empresa vencedora que deixar de apresentar o documento citado acima, não indicar e comprovar a dispensa do mesmo, ou ainda, não indicá-lo em sua proposta atualizada, será inabilitada do certame.

9.12.7. Justificativa Técnica para Exigência de Qualificação Técnico-Operacional

9.12.7.1. A contratação de serviços contínuos e especializados para a instalação, manutenção e operação de catracas eletrônicas e sistemas de controle de acesso exige da futura contratada comprovada capacidade técnica, indispensável para garantir a qualidade, a continuidade e a segurança da execução contratual.

9.12.7.2. Embora a exigência de qualificação técnica possua, em regra, potencial restritivo ao caráter competitivo da licitação (art. 9º, inciso II, alínea “b”, da Lei nº 14.133/21), a legislação admite tal previsão quando necessária à adequada execução do objeto, conforme dispõe o art. 42, inciso I, e o art. 67, incisos II e IV, §§ 1º e 3º, da Lei nº 14.133/2021. Esses dispositivos conferem à Administração o dever de selecionar empresas com capacidade comprovada, de modo a resguardar a plena execução contratual e a funcionalidade dos serviços prestados.

9.12.7.3. Assim, a exigência de aptidão técnico-operacional não representa restrição indevida, mas medida essencial para assegurar que os serviços contratados estejam em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas pela PRODAUB, prevenindo contratações com empresas inaptas que poderiam comprometer a execução, acarretar prejuízos ao erário ou provocar atrasos e paralisações nos sistemas de controle de acesso oferecidos à população de Uberlândia.

9.12.7.4. Ademais, a necessidade de certificação e autorização emitidas pelos órgãos reguladores competentes, bem como a comprovação de experiência em serviços de mesma complexidade

tecnológica e operacional, reforça a segurança e a legalidade da contratação, garantindo que a empresa detém a habilitação legal para prestar serviços especializados em catracas eletrônicas e sistemas de controle de acesso, e que os equipamentos utilizados estejam homologados, em consonância com as normas técnicas aplicáveis.

9.12.7.5. Por fim, a previsão está em plena conformidade com o art. 67, incisos II e IV, §§ 1º e 3º, da Lei nº 14.133/2021, que autoriza a Administração a exigir comprovação de experiência na execução dos serviços desta contratação. Trata-se, portanto, de medida necessária para garantir que a empresa contratada detenha efetiva experiência e capacidade para fornecer, instalar, manter e operar catracas eletrônicas e sistemas de controle de acesso, assegurando qualidade, segurança, funcionalidade e eficiência, além da continuidade e regularidade dos serviços públicos prestados pela FUTEL.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. Por se tratar de procedimento para registro de preços, a indicação da dotação orçamentária somente será exigida no momento da formulação da contratação, com vinculação de orçamento aprovado na Lei Orçamentária Anual – LOA do exercício financeiro correspondente à efetivação da contratação pelo órgão contratante, nos termos do artigo 77 do Decreto Municipal n. 20.154/2023.

10.2.DECLARAMOS, para os devidos fins de direito e em cumprimento aos artigos 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que a impactação da despesa está prevista **Lei Orçamentária Anual – LOA, Lei nº 14.651, de 17 de dezembro de 2025**, publicada no **Diário Oficial do Município** na data de **17 de dezembro de 2025, Edição Suplementar nº 7254-A**, página **138**, para o exercício de **2026**, possuindo adequação orçamentária e financeira, compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA) e, com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

10.3.Anexo I- TERMO DE REFERÊNCIA TÉCNICO DA PRODAUB.

Uberlândia, 23 de janeiro de 2026.

Ramon Tadeu Carvalho Bucci
Diretor DAM-15 Matrícula 1019-7

Edson Cezar Zanatta
DIRETOR GERAL DA FUTEL



**10.3. Anexo I- TERMO DE REFERÊNCIA TÉCNICO DA PRODAUB.
OFÍCIO No 6556/2025/PRODAUB**

Locação de Solução de Controle de Acesso por Reconhecimento Facial – FUTEL

1. Objeto

O presente Termo de Referência tem por objeto a locação de solução integrada de controle de acesso por reconhecimento facial, incluindo o fornecimento, instalação, configuração, operação assistida, manutenção preventiva e corretiva, suporte técnico e software de gestão, com integração às portas eletrônicas a serem instaladas nas portarias do Parque do Sabiá e na portaria principal da UTC – Uberlândia Tênis Clube.

A contratação será realizada na modalidade de locação mensal, compreendendo o uso pleno da solução (equipamentos, software, infraestrutura e serviços).

2. Objetivos

- Implantar sistema de identificação facial e controle de acesso em todas as portarias definidas;
- Reforçar a segurança patrimonial e dos usuários;
- Disponibilizar relatórios gerenciais e estatísticos sobre entradas e saídas.

3. Escopo Dos Serviços

A solução compreende o fornecimento completo, equipamentos, instalação, configuração, operação assistida, manutenção preventiva e corretiva, suporte técnico, bem como o software de integração e gestão.

A solução a ser locada deverá compreender:

3.1. Estrutura e Equipamentos

- Locação, instalação e operação de 16 pontos de controles de acesso, distribuídas da seguinte forma:

ECZ/mmb

- Portaria 1 (Parque do Sabiá): 2 pontos
- Portaria 2 (Parque do Sabiá): 4 pontos
- Portaria 3 (Parque do Sabiá): 2 pontos
- Portaria 4 (Parque do Sabiá): 4 pontos
- Portaria UTC: 4 pontos
- Cada ponto de controle de acesso, deverá conter estrutura de contenção de pessoas, tela para reconhecimento facial e porta eletrônica de vidro e aço inox.
- Fornecimento, em regime de locação, Servidor (físico ou virtual), com capacidade para 500.000 (quinhentos mil) faces cadastradas;
- Fornecimento e instalação da infraestrutura de rede necessária, incluindo switches PoE gerenciáveis, cabeamento estruturado e/ou fibra óptica, conectores e acessórios;
- A estrutura do sistema de controle de acesso deverá estar em conformidade com as normas de acessibilidade vigentes, garantindo a passagem adequada de cadeirantes e demais pessoas com mobilidade reduzida.
- Em cada portaria, o licitante deverá disponibilizar os equipamentos necessários para o cadastramento facial dos usuários, sendo que o procedimento de cadastro deverá ser realizado em tempo máximo de 3 (três) minutos por pessoa. Os dados a serem coletados no processo de cadastramento serão definidos pela FUTEL.
- Interligação das portarias ao Servidor de Controle de Acesso.

3.2. Software Solução

O software deverá ser disponibilizado como serviço (SaaS) e conter, no mínimo:

- Possuir uma interface amigável de simples operação e totalmente web;
- Permitir cadastro facial de pessoas, para posterior reconhecimento fácil na solução de controle de acesso;
- Controle e monitoramento em tempo real dos acessos;
- Cadastro de usuários, visitantes e prestadores de serviço;
- Emissão de relatórios estatísticos e logs de eventos;
- Alarmes automáticos de tentativa de violação ou fraude;
- Interface web de administração, com perfis e níveis de acesso;
- Atualizações automáticas incluídas durante a vigência do contrato.

4. Requisitos Técnicos

4.1. Solução de Controle de Acesso com Reconhecimento Facial

- Tipo: Controle de acesso, estrutura de contenção de pessoas em aço inox, portas retráteis em vidro e aço inox, com sistema de reconhecimento facial integrado.
- Gabinete em aço inoxidável escovado ou material equivalente com tratamento anticorrosivo.
- Portas retráteis em vidro temperado (espessura mínima de 10 mm).
- Acabamento moderno, resistente a riscos e de fácil higienização.
- Leitor facial integrado ao corpo do gabinete de contenção de no mínimo 8" polegadas.

- Armazenamento mínimo de 500.000 (quinhentos mil) perfis faciais.
- Tempo de reconhecimento ≤ 2 segundo.
- Precisão $\geq 99\%$, com câmera de alta definição (mínimo Full HD 1080p).
- Iluminação infravermelha para funcionamento em ambientes de baixa luminosidade.
- Comunicação via TCP/IP
- Capacidade mínima de 30 passagens por minuto.
- Modo “fail safe”: abertura automática das portas em caso de falha de energia.
- Alimentação: Bivolt automático (110/220V) e/ou POE.
- Display LCD ou LED com mensagens ao usuário.
- Sinalização luminosa (verde/vermelho) indicando autorização ou bloqueio.
- Sensores infravermelhos para detecção de passagem não autorizada.
- Mecanismo anti-tailgating (bloqueio contra duas passagens simultâneas)

4.2 Servidor

- Servidor Local ou Remoto;
- Capacidade para 500.000 (quinhentos mil) faces;
- Servidor redundante;
- Retenção de registro em todo período contratual;
- Sistema operacional e banco de dados licenciados;
- Os dados coletados deverão ser disponibilizados à FUTEL por meio de integração via API, a qual deverá ser desenvolvida e disponibilizada pela licitante, garantindo a transmissão segura e padronizada das informações.
- Backup automático e integração ao Data Center da FUTEL.

5. Critérios de Implantação

- Instalação nas portarias definidas pela FUTEL, com infraestrutura adequada;
- Conectividade por fibra óptica ou rede cabeada;
- Treinamento técnico-operacional antes da entrega definitiva;
- Operação assistida de 30 dias para ajustes e validação final;
- Toda a implantação deverá ser realizada em até 60 dias após solicitação formal da Contratante.

6. Benefícios Esperados

- Maior segurança patrimonial e controle de acesso;
- Monitoramento em tempo real de entradas e saídas;
- Relatórios gerenciais de entradas e saídas.

7. Normas e Padrões Aplicáveis

ECZ/mmb

- ABNT NBR ISO/IEC 19794 – Padrões biométricos;
- ABNT NBR ISO/IEC 27001 – Segurança da informação;
- ABNT NBR 9050 – Acessibilidade;
- Lei no 13.709/2018 (LGPD) – Proteção de Dados Pessoais;

8. Garantia, Manutenção e Suporte

- Manutenção total inclusa na locação, compreendendo peças, mão de obra e deslocamento;
- Substituição de equipamentos com defeito;
- Atualizações de software e firmware;
- Relatórios trimestrais de manutenção preventiva e disponibilidade do sistema.

8.1 SLA – Acordo de Nível de Serviço

A contratada deverá garantir níveis de serviço compatíveis com a criticidade da solução de controle de acesso, conforme parâmetros mínimos definidos a seguir:

8.1.1. Disponibilidade do Sistema

- Disponibilidade mínima mensal: 99,5%;
- O não atingimento da disponibilidade mínima implicará glosa proporcional no pagamento mensal, conforme tabela a seguir:

Faixa Disponibilidade	Glosa sobre o Valor Mensal
≥99,5%	Sem glosa
98%a 99,49%	5%
95%a97,99%	10%
<95%	20%

8.1.2 Prazos de Atendimento e Solução

Tipo de Atendimento	Descrição	Prazo Máximo para Início do Atendimento	Prazo Máximo para Solução/Normalização
Crítico	Falha total no sistema, indisponibilidade geral ou em mais de 50% dos pontos de acesso	2 horas (24x7)	8 horas úteis

Tipo de Atendimento	Descrição	Prazo Máximo para Início do Atendimento	Prazo Máximo para Solução/Normalização
Alto	Falha parcial com impacto em portaria específica ou módulo de autenticação facial	4 horas (24x7)	16 horas úteis
Médio	Problemas sem impacto direto no controle de acesso, falhas de cadastro, relatórios ou alertas	8 horas (dias úteis)	24 horas úteis
Baixo	Dúvidas operacionais, solicitações de suporte e ajustes não críticos	24 horas (dias úteis)	48 horas úteis

Informamos que o período considerado para contagem de horas úteis será de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h, excetuando-se feriados.

9. Vigência Contratual

- Vigência contratual: 60 (sessenta) meses, prorrogável conforme legislação vigente.

10. Critérios de Aceitação

- Sistema implantado e funcional em todas as portarias;

ECZ/mmb

- Teste de autenticação facial com taxa mínima de acerto de 99%;
- Treinamento realizado e documentação entregue;
- Emissão de Termo de Aceite Técnico pela FUTEL.

11. Forma de Pagamento

- Pagamento mensal, mediante apresentação de nota fiscal e relatório técnico de funcionamento;
- O valor mensal incluirá todos os custos de locação, manutenção, suporte e atualização;
- Nenhum custo adicional será admitido durante a vigência contratual.

12. Obrigações da Contratada

A contratada deverá:

1. Fornecer todos os equipamentos, software, cabos, materiais e acessórios necessários à implantação da solução;
2. Realizar instalação, configuração, testes, manutenção e suporte técnico durante todo o período contratual;
3. Treinar a equipe designada pela FUTEL para operação e administração do sistema;
4. Garantir a integridade e confidencialidade dos dados biométricos, conforme a LGPD;
5. Substituir imediatamente quaisquer equipamentos com defeito, sem ônus para a contratante;
6. Apresentar relatórios mensais contendo:
 - Disponibilidade do sistema;
 - Ocorrências técnicas e atendimentos realizados;
 - estatísticas de uso (entradas/saídas);
7. Responsabilizar-se por danos causados pela solução de controle de acesso a terceiros ou ao patrimônio público durante a execução do contrato;
8. Manter equipe técnica qualificada e disponível para atendimento presencial e remoto;
9. Garantir que todos os equipamentos estejam regularizados junto à ANATEL, quando aplicável;
10. Retirar os equipamentos ao final do contrato, sem causar danos às instalações da FUTEL.

13. Obrigações da Contratante

A contratante se obriga a:

ECZ/mmb

1. Disponibilizar os locais de instalação com infraestrutura mínima (energia elétrica);
2. Facilitar o acesso da equipe técnica da contratada aos ambientes de instalação e manutenção;
3. Designar servidor responsável pelo acompanhamento e validação das etapas do contrato;
4. Realizar a validação técnica e operacional da solução antes da emissão do Termo de Aceite;
5. Efetuar o pagamento mensal conforme condições estabelecidas;
6. Zelar pelo uso adequado dos equipamentos, comunicando imediatamente quaisquer ocorrências de falha ou dano.

14. Visita Técnica Facultativa

O Fornecedor poderá vistoriar os locais onde serão instalados os pontos de controle de acesso, com o objetivo de inteirar-se das condições e grau de dificuldade, mediante prévio agendamento de horário pelo telefone (34) XXXX-XXXXX ou (34) 99102-XXXX, limitada a realização da vistoria a um interessado por vez. Tendo em vista a faculdade da realização da vistoria, os Licitantes não poderão alegar o desconhecimento das condições e grau de dificuldade existentes como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas ou em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços em decorrência da execução do objeto deste Termo de Referência.

15. Disposições Finais

A contratada é integralmente responsável pela segurança, funcionamento, confidencialidade e integridade das informações coletadas, armazenadas e processadas pelo sistema, devendo atender plenamente à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

A Contratada será integralmente responsável pelos equipamentos fornecidos. Em caso de roubo, furto ou vandalismo, a Contratante não terá qualquer ônus, cabendo exclusivamente à Contratada a reposição dos itens danificados ou subtraídos.

A solução permanecerá sob propriedade da contratada, devendo ser retirada ao término da locação sem prejuízo à infraestrutura física da FUTEL.